



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 01/2015

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	27
- ENCERRAMENTO.....	27

ACTA N.º 01/ 2015

ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015;
- 2.3** - Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Publico para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque de Jornais e Revistas da Avenida das Termas - Unhais da Serra;
- 2.4** - Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Publico para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque de Jornais e Revistas do Jardim Público – Covilhã;
- 2.5** - Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Publico para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque Bar/ Pastelaria do Jardim Público - Covilhã;
- 2.6** - Desafecção de Parcela de Terreno de Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Funicular de São João;
- 2.7** - Proposta de Regulamento – Conselho Municipal da Juventude;
- 2.8** - Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo e estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – Parcela 30;
- 2.9** - Regulamento do Orçamento Participativo do Município da Covilhã.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Vítor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, José Augusto Martins Santos, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), Patrícia Alexandra Pais Fonseca (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 05/2014 DE 22 DE DEZEMBRO

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocada à votação, foi, a mesma **aprovada por maioria com 41 votos a favor e 2 abstenções** (Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa e Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo). -----

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Requerimento entregue na Assembleia da República a propor uma Audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas sobre a evolução do preço dos combustíveis
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Requerimento entregue na Assembleia da República a Propor uma Audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas sobre a situação do Sector do Táxi;
- Ofício n.º 80 da Freguesia de Famalicão – Guarda a remeter cópia de Recomendação, aprovada em Assembleia de Freguesia, sobre o Parque Natural da Serra da Estrela;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo, à pergunta 236/XII/4.^a formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre a Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica de Tortosendo – Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo, à pergunta 237/XII/4.^a formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto;

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo, à pergunta 236/XII/4.^a formulada pela Senhora Deputada Paula Santos - Requerimento 25487, sobre o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto;
- Ofício s/n.º do Senhor Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques a renunciar ao Mandato por motivos de doença;
- E-mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses a convidar para o Debate sobre Reestruturação do Sector das Águas;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção das Moções: "Municipalizar não Resolve Problemas, antes os Agrava; Solidariedade com os Trabalhadores da Segurança Social; Contra a Violência de Género";
- E-mail da Assembleia Municipal de Lagos a remeter a Moção, aprovada por maioria, "Fim dos Contratos Emprego-Inserção (CEI) ";
- Ofício n.º 105/XII/1.^a da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Assembleia da República a acusar a recepção da Moção "Contra a Violência de Género";
- E-mail do Gabinete da Presidente da Assembleia da República a acusar a recepção das Moções: "Municipalizar não Resolve Problemas, antes os Agrava; Solidariedade com os Trabalhadores da Segurança Social; Contra a Violência de Género";
- Ofício n.º 16569 do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social - Rosa Araújo a acusar a recepção da Moção "Solidariedade com os Trabalhadores da Segurança Social", enviada ao Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social, e informa que foi junta ao "Processo de Racionalização de Efectivos";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção da Moção "Solidariedade com os Trabalhadores da Segurança Social" e remete a intervenção do Senhor Deputado José Luís Ferreira, proferida no Parlamento sobre a requalificação de 697 funcionários da Segurança Social;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução, entregue na Assembleia da República, sobre a "Manutenção do Hospital do Fundão sob Gestão Pública";
- E-mail do Gabinete Autárquico - Partido Socialista a enviar o Projecto de Resolução entregue na Assembleia da República sobre "Descentralização de Competências";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro e a Intervenção da Senhora Deputada Paula Santos no Debate Temático sobre descentralização;
- Fax do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção da Moção "contra a Violência de Género";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, que "aprova o Regime Jurídico de acesso e exercício de Actividades de Comércio, Serviços e Restauração";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter a resposta do Ministério da Solidariedade e Segurança Social à pergunta formulada pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma intervenção referindo a extensão e a gravidade dos problemas presentes na sociedade Portuguesa.

Dando como exemplo, “da acção destruidora do Governo PSD/CDS-PP”, a situação económica e social, a degradação dos rendimentos das famílias, a dimensão do desemprego, o caos verificado nas urgências hospitalares, a justiça, a abertura do ano lectivo, a privatização da TAP, o desmantelamento do sector ferroviário e a venda da PT/Portugal à Altice **(doc.01)**. -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política referindo que o Partido Social-Democrata, Secção da Covilhã, “congratula-se pela aprovação, em Conselho de Ministros, do diploma que estabelece o regime de delegação de competências nos Municípios e Entidades Intermunicipais no domínio de funções sociais” **(doc.02)**. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo fez uma intervenção referindo que “a Actividade Empresarial Municipal - na ausência, muitas vezes, do próprio impulso da economia privada – é um dos vectores e o garante do impulso e da actividade empresarial no Concelho” **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que foram pedidos pareceres que poderão ser disponibilizados. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “eu começaria apenas por referir e, até porque o único Administrador de Empresas Municipais que está nesta Assembleia sou eu, deixar claro que quando fui nomeado, pelo actual Executivo, solicitei à Mesa da Assembleia o respectivo parecer, relativamente a essa incompatibilidade. A resposta que me foi dada, na altura, é que não haveria. E, por isso é que entendo que tenho condições para desempenhar o cargo de Deputado da Assembleia. Se, eventualmente, essas condições se verificarem, como é óbvio, eu saberei qual é que é a decisão que tenho que tomar. Aliás, como sempre soube ao longo da minha vida.”

De seguida fez uma intervenção referindo: “no passado 20 de Janeiro foi apresentada e lançada publicamente a fase 1 da remodelação do sistema de abastecimento de água ao Concelho da Covilhã. Consistindo, esta fase, na execução de condutas, adutoras e reservatórios na encosta da nossa Serra da Estrela. Para que se perceba o quão importante é este projecto, composto por uma fase 1 de construção de condutas e reservatórios e uma fase 2 que consistirá numa nova albufeira, é necessário apresentar primeiramente factos e volto a repetir que serão factos, aquilo que irei apresentar.

O abastecimento ao Concelho da Covilhã é feito através da Barragem da Cova do Viriato, nas Penhas da Saúde, e através também de sistema complexo de minas, nascentes e poços espalhados pelas diferentes localidades do nosso Concelho.

Em 2013 entrou no nosso sistema de abastecimento 3 milhões 585 mil 435 m³, dos quais 2 milhões e meio provenientes de minas, poços e nascentes e cerca de 1 milhão proveniente da Barragem, ou seja aproximadamente 69% proveniente de minas e nascentes e 31% da actual Barragem das Penhas da Saúde.

Tendo em consideração que a água proveniente de minas e nascentes e poços, encontra-se muito susceptível às condições climáticas, nomeadamente condições de pluviosidade, podendo em anos de seca inclusivamente implicar a sua total inexistência e considerando que a Barragem da Cova do Viriato apenas tem capacidade para 1 milhão e meio de m³, o que facilmente se conclui que o projecto de remodelação de abastecimento à Cidade da Covilhã, nas suas duas fases, é uma questão de necessidade para a Covilhã e para os Covilhanenses e não de vaidades ou devaneios deste ou daquele Executivo estando convicto pessoalmente que com o PS na Câmara Municipal este será uma realidade mais tarde ou mais cedo. Reflexo disso mesmo foi a capacidade de realização demonstrada por este Executivo e pela equipa da ICOVI que conseguiram pegar num nado morto e reaviva-lo conseguindo a reprogramação do plano operacional e dos apoios concedidos evitando desta forma que se perdesse a totalidade do investimento previsto. Relativamente a este capítulo é importante lembrar aos Senhores Deputados e aos Covilhanenses a carta do POVT, já mesmo depois do visto do Tribunal de Contas, carta essa distribuída nesta Assembleia a solicitar a reprogramação do projecto a nível financeiro e ao nível da execução física da obra referindo as dúvidas que subsistiam, devido não só aos inúmeros processos que decorriam em Tribunal, cerca de 13, e dos condicionalismos apresentados pela DIA, Declaração de Impacto Ambiental, no âmbito do RECAPE que consiste num relatório de conformidade do projecto e execução da respectiva declaração de impacto ambiental. Aliás, sobre esta matéria é importante falar claro e não tentar lançar uma cortina de fumo para aquilo que são factos e não ficção. A afirmação de que a Barragem no local A foi perdida por este Executivo é uma afirmação fantasista, que apenas posso compreender tendo-se tratado de um devaneio linguístico ou de uma total ausência de conhecimento dos factos e das Leis que nos regem. Se tivesse sido opção do actual Executivo de avançar com as obras após o visto do Tribunal de Contas sem que tivesse sido concluído e cumprido o RECAPE, nomeadamente o estudo do ano zero com duração de um ano, da fauna e flora autóctone e o parecer favorável dos baldios e outras condicionantes constante nessa mesma DIA, estaríamos hoje perante um cenário negro de uma obra embargada com disputas em Tribunal a perder de vista e teríamos perdido o financiamento do POVT, ainda teríamos que pagar indemnizações à empresa que construiu. Como este Executivo não brinca com dinheiros públicos tomou a opção mais séria que foi de reprogramar e avançar para a fase 1. Relativamente à fase 1, apresentada e lançada no dia 20 de Janeiro, posso vos dizer, neste momento, que tem três frentes de trabalho, várias empresas, 50 trabalhadores, irá atingir 200 trabalhadores no pico de obra, 25Km de conduta, 6 reservatórios, 10 mil m³ que vai aumentar em cerca de 33% a capacidade de reservatórios da nossa Cidade e portanto meus Caros eu percebo que aos arautos da desgraça e do imobilismo este Executivo tem vindo a responder mais do que com palavras com actos e bem sei que para alguns estas verdades doem, mas como diz o Povo contra factos não há argumentos e às vezes um chazinho de valeriana faz milagres". -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa propôs a aprovação de uma Moção **Comemorações do 25 de Abril (doc.04)**. -----

--- Colocada a Moção **Comemorações do 25 de Abril** à aprovação, foi a mesma **aprovada por maioria com 37 votos a favor (PS, MAC e PCP) e 6 abstenções (MAC e PSD)**. -----

Senhora Dra. Mónica Ramôa retomou a palavra e apresentou uma proposta de Recomendação à Câmara Municipal, para que elabore o Plano Municipal de Igualdade do Género **(doc.05)**. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais “Senhor Presidente da Câmara venho aqui não dar-lhe um elogio, porque a piscina está fechada desde Outubro, mas para comentar com o Senhor uma carta que enviou aos Municípes dando-lhes conta que previa a reabertura da Piscina Municipal no próximo dia 2 de Março. A questão que eu lhe queria colocar é muito simples é que realmente depois de termos ouvido que as intervenções foram pesadíssimas, falou-se no chão, falou-se nos equipamentos, falou-se em tanta coisa e nós não conseguimos encontrar uma única adjudicação das obras realizadas na Piscina Municipal. Vinha solicitar-lhe informação escrita acerca de quais as obras e os valores que o Senhor Presidente mandou efectuar na Piscina Municipal e aproveitava a ocasião para lhe perguntar quando é que pensa abrir o elevador”. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal “para que manifeste junto do Governo uma posição firme e constante de defesa da instalação na Covilhã de uma instância Distrital, por forma a revitalizar o nosso Tribunal.” **(doc.06)**. -----

--- A Senhora D. Joana Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) fez uma intervenção agradecendo, em seu nome e no de toda a Comunidade Mineira, o início dos trabalhos de pavimentação da Estrada 512.

De seguida, manifestou a sua preocupação pela situação difícil que as Minas da Panasqueira estão a atravessar e referiu ser urgente reunir com a Administração da BERALT TIN para que sejam encontradas soluções que evitem um flagelo social em toda aquela Região Mineira **(doc.07)**. -----

--- A Senhora Eng.ª Catarina Mendes propôs a aprovação de uma Moção de Saudação pela constituição da parceria do DLBC Urbano Covilhã Activa **(doc.08)**. -----

--- Colocada a Moção de Saudação à aprovação, foi a mesma **aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, PSD e PCP) e 8 abstenções (MAC)**. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira felicitou o Executivo pelo início das obras de beneficiação e de requalificação do Mercado Municipal, no valor de 150 mil euros. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal para que, “elabore, em conjunto com a REFER e as Juntas de Freguesia em causa, o programa plurianual de supressão de passagens de nível através da construção de passagens desniveladas e ou caminhos de ligação, em todas as PN do Concelho da Covilhã”. **(doc.09)**. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael apresentou uma Moção, a manifestar o desacordo face ao Regime Jurídico de Delegação de Competências para os Municípios. **(doc.10)**. -----

- Colocada a **Moção sobre Delegação de Competências** à aprovação, foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS, Presidentes de Junta e PCP), 12 votos contra (MAC e PSD) e 2 abstenções (PS e MAC)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Francisco Moreira: “O nosso voto contra deriva do facto de: o argumentário, apresentado aqui pelo Membro do Partido Comunista Português, não corresponde à realidade. A legislação, que foi aprovada em Conselho de Ministros, assegura que a delegação de competências será orientada e condicionada à melhoria da qualidade do serviço público descentralizado e é assumida a garantia, para os Municípios, dos recursos financeiros e patrimoniais, necessários e suficientes, na prestação do serviço público.

Mais, mais ainda, os Municípios que não manifestem vontade, e as Comunidades Intermunicipais, no sentido de serem receptíveis a este conjunto de descentralizações de competências, não terão estas competências delegadas. Portanto, não há aqui qualquer tentativa de sobreposição aos interesses do Poder Local Democrático. Há, sim, uma preocupação de descentralizar serviços, para a Administração Local, encaminhando meios financeiros e recursos patrimoniais”. -----

- O Senhor Rui Amaro – Peso e Vales do Rio: “Sou sempre a favor da descentralização de quaisquer competências do Estado para nós. Queremos ser nós a decidir e que não sejam os outros a decidirem por nós. Desde que, nas mesmas, seja contemplada a parte financeira, também”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Para além da informação escrita, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, prestou esclarecimentos sobre a reparação do Elevador de Santo André e as obras na Piscina Municipal através de uma apresentação em PowerPoint. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “iria iniciar a minha intervenção por onde o Senhor Presidente da Câmara, de certa forma, terminou. Tinha a ver com a concordância, com o estado da Piscina Municipal e informar ou, pelo menos, comentar e reflectir consigo, que eu, pessoalmente, quando estava na Câmara não concordei com esta solução da cobertura da Piscina Municipal dos Penedos Altos, porque já na época era previsível que aquela estrutura que tinha sido construída por trabalho voluntário dos residentes naquele Bairro, não tinha, como é evidente, a estrutura e a base para ser reformulada ou requalificada numa Piscina coberta aquecida.

Hoje as Piscinas têm outras exigências e o problema aí está instalado, o que, obrigatoriamente terá que levar a Câmara a redefinir a estratégia para aquele equipamento. Sempre defendi que a Covilhã necessita de uma piscina municipal moderna, que dê resposta às necessidades, quer para a prática da natação, como prática desportiva de lazer, quer como para a prática de natação como modalidade desportiva de competição.

Lembro-me de um projecto que era o Complexo Desportivo da Covilhã que, para além do campo de futebol, tinha previsto a piscina e o pavilhão desportivo.

Aquilo que eu defendo, é que a Cidade necessita de um novo equipamento. Porque não uma piscina, conjugando a piscina e o pavilhão desportivo?

Quanto à Delegação de competências, não é bem delegação de competências são contratualizações, dava o exemplo das AEC' s, com as contratações das Câmaras com o Ministério da Educação;

Os financiamentos, os subsídios às Colectividades são importantes, mas aquilo que demonstra é que a acção da Câmara Municipal para o desenvolvimento cultural e desportivo não pode limitar-se ao mero subsídio, tem que haver uma estratégia e um plano, um projecto específico da Câmara Municipal, um rumo.

Quanto aos Polos do Centro de ACTIV' IDADES registo a criação do polo da Borracheira e questiono se isto é uma política para seguir noutras Freguesias;

Montalto – não é tempo de acabar com este negócio, que está a revelar-se ruinoso para as finanças do Município?

A proposta do Vereador da CDU, no âmbito da habitação social - porque não se avança nesse sentido?

E, por último, salientar a parceria público privada dos Transportes Urbanos da Cidade, que se transforma num monopólio rentável para a Empresa, onde o Município é que corre os riscos, cobre os prejuízos e a Empresa tem os lucros". -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “a intervenção do Senhor Presidente da Câmara levantou-me algumas preocupações relativamente aos elevadores. Fiquei preocupado que nos custe, a todos, meio milhão de euros a manutenção dos elevadores. Quando, na mesma informação, verifico que o Plano de Transportes da Grande Covilhã tem uma subvenção de 332 mil euros, ou seja então nós para transportar os Cidadãos no nosso Concelho pagamos 332 mil euros e depois para alimentarmos e mantermos os três elevadores pagamos 500 mil!? Bom, isto tem que nos levar a uma grande reflexão.

Há outra questão, que tem a ver com a operação dos elevadores, que me deixa preocupado, porque o elevador em causa, se não me falha a memória, não deve ter mais de cinco anos. Ora o fornecedor que eu não sei quem é, mas no âmbito da legislação dos concursos públicos está obrigado a apresentar garantias bancárias. Importa perceber se a avaria do motor eléctrico está ligada a uma causa que tem a ver com o motor em si. Portanto, é preciso confrontar o fornecedor com o problema, ou se a causa da avaria está associada à falta de manutenção. E, aí temos de perceber porque é que não houve manutenção, não neste último ano, mas nos últimos três ou quatro anos. E eu gostava de saber o que é que se passa relativamente a isto”. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Dizer, directamente e frontalmente e cara a cara com o Senhor Presidente da Câmara, que estou satisfeítissimo com o desempenho da Câmara Municipal. Porque, definitivamente estamos a virar a página e a virá-la no bom sentido para olhar o futuro de frente.

O que é que nós temos? Já não há birras. As coisas não avançavam, porque antigamente havia muitas birras. Havia a birra da Barragem, havia a birra da Associação Cultural, enfim, tudo funcionava em função das birras. Parabéns Senhor Presidente, porque acabaram as birras. Portanto, temos obra aí. Mais, nem é preciso haver slides, porque as alterações são tantas e tão profícuas, entram na vista das pessoas, entram na vista dos Covilhanenses. É só olhar. São os elevadores que estão a funcionar, se não estão a funcionar estão a caminho de funcionar e já foi aqui explicado, são as obras que foram deixadas a meio de construção e estão a ser concluídas. Enfim, é o chamado DLBC que é uma coisa nova, que é uma coisa interessantíssima, que pode ser, muito bem, outro virar de página, tem a ver com que as Associações e os Parceiros Sociais deixem de andar de mão estendida ao sabor das vontades eleitoralistas de quem está no Poder e se transformam efectivamente em parceiros, que venham para o terreno e façam com a Câmara mais e melhor pela Covilhã. Antigamente não era assim. Antigamente era tirar o chapeuzinho e andar com o chapéu à frente e só recebia se, se não houvesse o se não recebia. Ainda bem que V. Exa está a fazer este serviço e é um serviço bom e é um serviço do futuro para a Covilhã”. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa: “fiquei chocada com o estado da piscina, até porque os meus filhos andaram lá, aprenderam lá a nadar. E, eu, até do ponto de vista pessoal, fiquei um pouco chocada, mas as coisas são como são, enfim”.

Perguntou se, o Senhor Presidente da Câmara se baseou nalgum estudo técnico científico, para avançar com uma proposta para tentar requalificar a piscina com as funções que tem actualmente.

“É que já foram lá gastos 70 mil, mais o IVA, e agora mais 700 mil euros. No fundo, provavelmente, nunca serão 700 mil euros, serão sempre um pouco mais e isto não faz repensar se não será, como já foi aqui dito por várias pessoas, de repensar o assunto de raiz?

Isto é, abandonar aquele local como uma piscina aquecida, para a prática da natação e da aprendizagem da natação das crianças do Concelho, e recomeçar um projecto. Até, fazendo uma candidatura como diz que vai fazer”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues: “gostava de cumprimentar o Senhor Presidente pela exposição que fez e pela dinâmica que tem imprimido à Câmara, que já foi aqui comentada pelo nosso Colega José Pina Simão. E, aquilo que eu gostava de comentar com o Senhor Presidente é, exactamente, a dinâmica que a Câmara está a imprimir e que já reportou na última Assembleia, no que diz respeito precisamente às oportunidades que o Portugal 2020 nos reserva e toda a dinâmica que a Câmara está a imprimir e as sinergias que está estabelecer através da CIM. De facto, é importante que esta Assembleia tenha conhecimento e que continuemos a concretizar e a fazer avançar o nosso Concelho”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Quería apenas e, se calhar, depois do repto do Senhor Presidente da Câmara, penso que sou obrigado a ler-lhe o Regimento da Assembleia” (**doc.11**). -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “queria fazer aqui uma pequena parábola: o Senhor Presidente da Câmara vem-nos aqui dizer que, basicamente, quando chegou à Câmara entendeu que devia mudar o telhado, as janelas, todas as caixilharias, todo o sistema de aquecimento e todo o pavimento que existia no chão, mas o que é que fez? Optou por mudar a fechadura da porta. Relativamente à piscina veio aqui dizer o mesmo: é preciso mudar os balneários, é preciso mudar o aquecimento, é preciso mudar a água, etc. etc. e o que é que fez? Mudou um cilindro. Aquilo que a Senhora Deputada viu aqui foi um cilindro que estava no mesmo estado que estava o meu quando tive que o mudar em casa. Aquilo é o miolo do cilindro, é aquilo que se vê. Portanto, de uma obra catastrófica resultou um investimento de 75 mil euros. Enfim, um vaso expansor, que é uma coisa que se põe por cima dos cilindros, é isso que o Senhor Presidente nos veio aqui dizer, ou seja tivemos a piscina fechada meses por causa da mudança do sistema de aquecimento de água que valeu 75 mil euros”. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) referiu a requalificação do espaço da antiga VIBEIRA e renovou o convite para as Festas da Boidobra.

De seguida, colocou questões sobre: Limpeza da Zona circundante à Ribeira de Água Alta; Estrada Municipal 507; Alargamento da Rua Francisco Leal e requalificação da Estrada Municipal 506 (**doc.12**). -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: Congratulou-se por a Câmara ter apresentado o estado em que encontraram os equipamentos Municipais. Referiu que interessa saber também em que estado foram encontrados os outros equipamentos, tais como os Parques da Goldra e Alexandre Aibéo. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas:

- Quanto ao estado dos equipamentos Municipais – palavras para quê? As pessoas foram lá ver;
- As obras terão que andar ao ritmo das nossas possibilidades financeiras;
- As Juntas de Freguesia continuam a ser a nossa grande aposta, a nossa preocupação;
- A estratégia quanto aos subsídios existe: é acudir, em primeira linha, a quem está aflito;
- Estamos a remediar aquilo que nasceu torto. Encontrámos o Município preso por fios de lã podre e arames e agora estamos a colocar cabos de aço onde é possível, com escassos recursos, ao mesmo tempo que diminuímos, acentuadamente, o fulgor e o ímpeto despesista que reinava até há bem pouco tempo. -----

2.2 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Janeiro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 415 de 2015.01.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Eng.º João Nuno Serra disse: “o PSD vai votar favoravelmente. Porque, analisando aquilo que serve o propósito desta primeira alteração, vem na sequência da acomodação que é preciso fazer ao milhão de euros que foi previamente aprovado. Por outro lado, olhando para a informação do Senhor Presidente, no que diz respeito à situação financeira do Município, ela evidencia uma evolução no sentido positivo. E, gostaria de congratular a Câmara, no que diz respeito à evolução da situação financeira. Porque ela vai ao encontro daquilo que o PSD sempre defendeu da consolidação que é necessário fazer das finanças públicas”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 37 votos a favor (PS, PSD, PCP e Presidentes de Junta de Freguesia) e 5 abstenções (MAC)**. -----

**2.3 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PUBLICO
PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – TERRENO ONDE
ESTÁ IMPLANTADO O QUIOSQUE DE JORNAIS E REVISTAS DA
AVENIDA DAS TERMAS - UNHAIS DA SERRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 48 de 2015.01.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.13**). ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Publico para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque de Jornais e Revistas da Avenida das Termas - Unhais da Serra**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 votos contra (PCP)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. João Bernardo: “sufragando as razões técnicas legais e inclusivamente patrimoniais, no que diz respeito à valorização do Património do Município, obviamente, votámos favoravelmente estas propostas.

Sendo certo que, em meu entender, estes equipamentos e estas desafecções se enquadrarão no domínio privado indisponível do Município (portanto, também, decorre legalmente), não poderão ser alienadas do Município no futuro. Portanto, essa é a razão de ser do voto favorável nestas deliberações”.....

**2.4 – DESAFECÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO
PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – TERRENO ONDE
ESTÁ IMPLANTADO O QUIOSQUE DE JORNAIS E REVISTAS
DO JARDIM PÚBLICO – COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 75 de 2015.01.06 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.13**). ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque de Jornais e Revistas do Jardim Público - Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 votos contra (PCP)**. -

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. João Bernardo: “sufragando as razões técnicas legais e inclusivamente patrimoniais, no que diz respeito à valorização do Património do Município, obviamente, votámos favoravelmente estas propostas. Sendo certo que, em meu entender, estes equipamentos e estas desafecções se enquadrarão no domínio privado indisponível do Município (portanto, também, decorre legalmente), não poderão ser alienadas do Município no futuro. Portanto, essa é a razão de ser do voto favorável nestas deliberações”.....

**2.5 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO
PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – TERRENO ONDE
ESTÁ IMPLANTADO O QUIOSQUE BAR/ PASTELARIA DO
JARDIM PÚBLICO – COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 76 de 2015.01.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.13**). ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafectação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Terreno onde está implantado o Quiosque Bar/ Pastelaria do Jardim Público - Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 votos contra (PCP)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. João Bernardo: “sufragando as razões técnicas legais e inclusivamente patrimoniais, no que diz respeito à valorização do Património do Município, obviamente, votámos favoravelmente estas propostas. Sendo certo que, em meu entender, estes equipamentos e estas desafectações se enquadrarão no domínio privado indisponível do Município (portanto, também, decorre legalmente), não poderão ser alienadas do Município no futuro. Portanto, essa é a razão de ser do voto favorável nestas deliberações”.-----

**2.6 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO
PRIVADO DO MUNICÍPIO – FUNICULAR DE SÃO JOÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Fevereiro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 1227 de 2015.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.14**). ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Funicular de São João**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. João Bernardo: “sufragando as razões técnicas legais e inclusivamente patrimoniais, no que diz respeito à valorização do Património do Município, obviamente, votámos favoravelmente estas propostas. Sendo certo que, em meu entender, estes equipamentos e estas desafecções se enquadrarão no domínio privado indisponível do Município (portanto, também, decorre legalmente), não poderão ser alienadas do Município no futuro. Portanto, essa é a razão de ser do voto favorável nestas deliberações”.-----

2.7 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Fevereiro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1 e na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 1229 de 2015.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou a apresentação da proposta com o intuito de mobilizar os Jovens para a intervenção cívica e política. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

- Dr. Pina Simão que alertou para os lapsos existentes no artigo 18.º e pediu a sua correcção;

- Dr. Jorge Fael disse que vão votar favoravelmente esta proposta, apesar de: “não sendo o nosso modelo, nem indo ao encontro da nossa perspectiva, é a criação de um espaço de consulta juvenil para o trabalho autárquico”. Deixou a recomendação, aos futuros Membros do Conselho Municipal da Juventude, para a inclusão das estruturas juvenis sindicais;

- Dr. João Bernardo disse: “Declaro, aliás corroborando a posição assumida pelo Jorge Fael, congratular-me com a criação de um conselho municipal de juventude... Finalmente, já era altura! Lembro-me ainda nos meus tempos de juventude haver propostas administrativas nesse sentido e não se conseguir fazer ou não se fazer, portanto, acho que é um passo bom no sentido de criarmos um espaço de discussão junto das estruturas de juventude. Acredito que, e essa é a preocupação que me leva a intervir e a colocar alguma reserva, considerando que é um conselho municipal de juventude, entendo que o regulamento é demasiado denso, pesado e muito pouco adaptável àquilo que é a forma de ser dos jovens e à irreverência dos jovens, portanto penso que,

se por um lado se cria uma estrutura que deve ser irreverente e deve estar ao serviço do município, ao mesmo tempo se tenta, digamos, “castrar” essa irreverência impondo-lhe demasiadas regras, e penso que o regulamento tem esse defeito e acho que deve ser apontado e que deve ser revisto. De qualquer maneira é um regulamento da câmara e deve ser da responsabilidade da câmara fazê-lo. No que diz respeito à questão da atitude e da posição da câmara, e também no mesmo sentido que o anterior interveniente fez, a criação de um conselho municipal de juventude não é um pretexto para dizermos: está criado e agora deixamo-los falar. Isto é uma responsabilidade acrescida da câmara e da assembleia municipal. E aqui fica, também, a minha disponibilidade, e penso que a disponibilidade dos membros de todo o grupo parlamentar do MAC, no sentido de colaborar com este conselho municipal de juventude em tudo o que for preciso quer ao nível da organização quer ao nível do apoio logístico e técnico para que acho que todos temos o dever de colaborar com este conselho municipal de juventude” e o Arq.º Quelhas Gaspar (**doc.15**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento do Conselho Municipal da Juventude**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.8 – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO - PARCELA 30

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Fevereiro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 1441 de 2015.02.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.16**). ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo e estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo - Parcela 30**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 abstenções (PCP)**. -----

**2.9 – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO
DA COVILHÃ**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que como é do conhecimento de todos este documento foi retirado, pelo Senhor Presidente da Câmara, na última Sessão, para permitir a introdução de alterações. O Grupo de Trabalho, constituído pelos Líderes de Bancadas das diversas forças políticas, elaborou o documento que vai ser submetido à apreciação. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes:

- O Senhor Dr. Pina Simão teceu críticas ao documento apresentado pela Comissão e disse: “nós, a Bancada do Partido Socialista, não podemos aceitar o texto que ontem, ao fim da tarde, nos apareceu no e-mail. E, nesse sentido, sugerimos que em vez de se por à votação este texto, em versão final trabalhado pela Comissão, em nosso entendimento deve ser substituído pela versão inicial, ainda que burilada, aprimorada em alguns pontos”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: “o que vou dizer pode não ser politicamente correcto, mas vou fazer eco daquele aforismo político que diz: Se queres que não se faça nada, cria uma comissão!

E neste caso concreto, devo dizer em abono da verdade que esta Comissão sem desprimor para quem a constituiu, o que nós temos aqui é um código complicadíssimo, mas na prática isto é um bloqueio à implementação do Orçamento Participativo.

Isto foi feito de propósito por alguém que quer boicotar o Orçamento Participativo!

Esta Comissão, com o devido respeito por quem dela fez parte, acabou na prática por produzir um conjunto de alterações que bloqueiam a acção daquilo que se quer implementar, que é que os Cidadãos participem activamente. Andaríamos a discutir meio ano só as eleições das Entidades. Isto desvirtua, esvazia, bloqueia, destrói aquilo que é uma ideia genuína e sincera que é: os nossos Concidadãos possam e devam participar numa fatia do Orçamento Participativo.

Proponho que os Líderes das Bancadas conversem, troquem impressões, tentem aprimorar isto de outra forma, porque isto não funciona. Isto é descaracterizar e desvirtuar o Concelho!” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira referiu: “Venha a proposta que toda a gente já conhece e já discutiu. Venha a proposta anterior e votemos o Regulamento do Orçamento Participativo. E, vamos dar aos nossos Cidadãos a oportunidade de se poderem pronunciar relativamente às políticas municipais do nosso Concelho.” -----

--- O Senhor Francisco Moreira disse: “Na Comissão o PSD esteve de acordo com o texto inicial, proposto pela Câmara Municipal, e fez uma única proposta: incluir no Conselho de Orçamento Participativo um representante do Conselho Municipal da Juventude. Considerámos que o texto inicial correspondia às necessidades no plano da execução do Orçamento Participativo.

O texto final que eu recebi corresponde à discussão que foi feita na Comissão, há que fazer justiça. E, em alguns aspectos até o melhorou.

É importante nós deixarmos aqui que, caso este documento avançasse, iria travar a execução do Orçamento Participativo, dúvidas sobre isto nós não temos.

Dizer, ainda, que caso este documento siga em frente e seja votado o PSD irá votar contra.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Quando partimos para a constituição da Comissão eu lembro-me de ter afirmado, logo nessa Sessão da Assembleia, que nós discordávamos da existência de regulamentos. Discordámos e continuamos a discordar, mas participámos na Comissão, não quisemos deixar de estar, e fui dando também os meus contributos. E, penso que se introduziram no Regulamento alguns aspectos que o melhoraram e em alguns aspectos penso que simplificámos os procedimentos, pelo contrário daquilo que aqui é afirmado.

Eu não posso é aceitar, enquanto Membro da Comissão, que se acuse os Líderes das Bancadas, que constituíram esta Comissão, de bloqueio, de má-fé. Estão a dizer que eu estive naquela Comissão para bloquear e que estive lá a trabalhar de má-fé, para complicar? Eu penso que isto é impensável, é incorrecto, de quem utilizou estas expressões. E, mais grave, lançam a desconfiança sobre os seus Camaradas que estiveram na Comissão. Ah esses também lá estiveram de má-fé?

É um descrédito total, eu já o tinha referido num mail que trocámos e caem nisto... desculpem mas eu não posso nem poderia ficar calado em relação a isto.

Na minha opinião, o documento não é aquilo que o pintam, nós simplificámos procedimentos. O esforço que houve na constituição do Conselho Consultivo foi alargar o máximo possível a toda a Sociedade Covilhanense, não deixar ninguém de fora. Agora não pode, nem é intenção, nem foi intenção nossa inviabilizar a constituição do Conselho Consultivo, porque penso que é esse o busílis da coisa. Há pouco estava a fazer a leitura, a releitura, do artigo do Conselho Consultivo, se calhar falta ali uma alínea e), as instituições que estão previstas na alínea d), enquanto não estiverem constituídas... se calhar falta lá a alínea e).

Nenhum documento é perfeito, não estou a dizer que a Comissão produziu um documento perfeito. Aquilo que eu estou a dizer é que a Comissão esteve com espírito de missão, uns concordando com o processo, outros discordando, mas estiveram lá todos de boa-fé, estiveram lá todos a tentar fazer o melhor para que, de facto, esta tarefa fosse cumprida. E não admito, nem aceito, os adjectivos que foram aqui utilizados.” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira pediu esclarecimentos: “eu só gostava de perguntar ao Senhor Deputado se ele tem conhecimento se existem outros conselhos consultivos a nível do Município que neste momento estão inoperantes ou não estão a funcionar exactamente porque existem associações e colectividades que ainda não decidiram quais é que eram os seus representantes, conselhos esses importantes para a vida do Município? E você quer-me dizer em consciência que ao fazer o regulamento que solicita representantes de todos os quadrantes e variantes não estavam... acha que este regulamento é possível ser implementado ainda este ano? Em consciência Senhor Deputado. Eu reconheço-lhe capacidades para me responder em consciência relativamente a esta matéria olhando para o regulamento que emanou desta Comissão, você acredita que é possível a Câmara Municipal da Covilhã implementar o Orçamental Municipal Participativo este ano? É a pergunta que eu lhe faço”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Todos nós temos consciência que tudo aquilo que se fizer este ano terá implicações mais tarde. Agora o trabalho pode-se ir fazendo Senhor Deputado, pode-se ir fazendo. Se lá falta a alínea e), que se coloque a alínea e), que é para não inviabilizar nem estarmos à espera de ninguém. Coloca-me a questão se conheço algum conselho, por acaso conheço o Conselho Municipal de Educação que está pendurado, mas está pendurado... eu não quero contar a história, está pendurado por falhas de vários actores e de vários intervenientes, portanto não vamos atirar culpas para ninguém, nem vamos analisar agora esse processo, porque caso contrário teríamos que contar a história toda, calendarizar os actos, aqueles que foram bem-feitos, os que foram mal feitos, os que não foram implementados para chegarmos à situação em que estamos hoje. Aquilo que eu digo é que eu sempre defendi, na Comissão, que para se implementar uma gestão participada não é necessário um Regulamento. E disse mais, na Comissão, se eu fosse Presidente da Câmara nem sequer queria um regulamento desses, porque isto vai implicar a Câmara Municipal a ter um departamento adequado só para implementar, supervisionar e implementar. Isto não é fácil! E contratar pessoal com certeza, não sei se a Câmara tem recursos humanos para implementar isto?! E aquilo que eu disse é: simplificamos, não vamos complicar, para ouvir uma População não é necessário um Regulamento. Vai e ouve-se, convoca-se e ouve-se a População. É a atitude com que as pessoas vão para comunicar, vão para ouvir, predisponíveis para ouvir as pessoas, não necessitamos do Regulamento se a Câmara quiser fazer o trabalho, que eu defendo e que nós defendemos que é característico da gestão participada, não é necessário o regulamento. Para quê regulamentar? Votação SMS e *online*? Então quem não tem SMS e *online*? Uma introdução que fizemos no regulamento foi as pessoas irem à Junta de Freguesia preencher o impresso, uma introdução que fizemos no regulamento, porque não estava previsto. Ou seja, estivemos lá para melhorar a participação. Agora a questão que se coloca aqui é que isto a ser aprovado, a primeira versão, a segunda ou a quarta, para a Câmara Municipal vai ser uma carga de trabalhos.

Vamos simplificar as coisas, vão para o terreno ouvir as Populações, reúnam com elas, comecem a preparar o próximo orçamento ouvindo os Presidentes de Junta de Freguesia, ouvindo as Associações, ouvindo os Conselhos Municipais que estão a funcionar, reuniões públicas com as Populações. Regulamentos para quê? Só complica, vejam lá a complicação que isto já deu, só para se elaborar o regulamento.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo referiu: “estou atónito, estou atónito pela falta de tudo o que se possa imaginar ao nível da coerência, da responsabilidade e da dignidade do que é uma Assembleia Municipal e do que é o trabalho de uma comissão criada para o efeito...” (**doc.17**) -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Dr. João Bernardo não tem que pedir desculpa por ler o mail que lhe mandei, porque eu próprio fiz a leitura desse mail aquando da minha intervenção e foi de facto assim. Isso não invalida que eu mantenha essa mesma posição. Isto é: o texto final corresponde à discussão feita, no quadro da Comissão e melhorou inclusive textos que já estavam construídos pela própria Comissão e esta é a verdade, mas como sabe na maioria das situações eu votei contra, na esmagadora maioria.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Eu queria fazer um ponto de ordem à Mesa pelo seguinte: não quero minorar esta questão, é uma questão importante de gestão Municipal, mas a verdade é que estamos há mais tempo a discutir 5% do Orçamento Municipal do que o tempo que nos é permitido para discutir o Plano e Orçamento Municipal. E portanto o ponto de ordem à Mesa é este é que a generosidade da Mesa relativamente a esta matéria seja estendida a outras matérias não menores, nomeadamente a própria discussão do Plano e Orçamento entre outras. E portanto nós e eu em particular registo o critério da Mesa e não deixarei em todos os momentos e circunstâncias que considerar adequados de lembrar o critério que a Mesa está hoje a adoptar aquando de outras sessões e na discussão de outras matérias, Senhor Presidente. E não queria ironizar, mas não é preciso criar um regulamento para discutir o Regulamento do Orçamento Participativo, mas esta matéria devia ter sido previamente debatida pelos Líderes e vir praticamente arrumada a esta Sessão da Assembleia, era isso que devia ter sido feito.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “Senhor Deputado obrigado pelo ponto de Ordem à Mesa. A Mesa sempre tentou dentro da medida do possível sempre tentou ser tolerante, nomeadamente com a sua Bancada e até nesta Assembleia.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Eu não entro no registo trauliteiro. Posso discutir tudo, ideologias, tudo. Agora, não entro em registos trauliteiros. Eu bem sei que há pessoas que gostam dos registos trauliteiros, quanto mais barulho melhor, quanto mais alto melhor, quanto mais confusão melhor, quanto mais incerteza melhor. Eu bem sei que é assim, Senhor Deputado, e é assim em vários palcos e é sempre assim e vou-lhe dizer aqui, publicamente, em frente desta gente toda: o Senhor comigo jamais vai discutir o que quer que seja, jamais. Porque aquilo que o Senhor disse naquele palanque corresponde pura e simplesmente à mentira, pura e simplesmente. O meu registo não é o seu registo, percebe? E a minha dignidade está acima de tudo, está acima da política, está acima dos interesses da Câmara, está acima de tudo. E o Senhor não põe uma mácula na minha dignidade, não põe, não vai por e volto-lhe a repetir: comigo não discute nem uma vírgula, porque eu não vou querer, está bem? Portanto o meu registo de vida não é o seu registo de vida ou o registo de vida de outros que por aí andam a pulular, percebe? E isto tem muito a ver com muitas coisas. Portanto, comigo Senhor Deputado, nem mais uma vírgula, acabou. Estou farto de o aturar.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Se me permite, eu não chamei mentiroso ao Deputado Pina Simão, nem o atingi na sua honra, embora cada um tem a sua, e enfim, tenho a certeza que algumas são mais sensíveis que outras... eu peço desculpa mas quando sou chamado de mentiroso por citar o Dr. Pina Simão, nas intervenções que fez na comissão... eu pensei que o Senhor não discutia comigo, mas os actos ficam com quem os pratica, pelo que acho que o Senhor deve reflectir sobre o que se prestou a fazer aos seus colegas de bancada e designadamente, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que esteve presente e a presidiu, e claramente não deve concordar consigo, mas enfim isso é outro problema. Apenas dizer que reitero integralmente aquilo que afirmei acerca das declarações do Dr. Pina Simão proferidas na Comissão. No entanto, se é para se andar a passar rasteiras uns aos outros e a dizer mal nas costas uns dos outros, mais vale não discutir com ninguém e fazer cada um o que quer, mas esse não é o meu princípio.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi entregue à Mesa um requerimento, no âmbito da discussão do **ponto 2.9**, subscrito pelos Membros da Bancada do Partido Socialista, a solicitar a interrupção dos trabalhos para que reúna a Conferência de Líderes.

--- O Senhor Dr. João Bernardo solicitou permissão para intervir e disse: “A Conferencia de líderes parlamentares, foi requerida por mim aquando da comunicação do Dr. Pina Simão, ontem às onze e meia da noite, e já tarde mas por escrito, requeri que fosse convocada a conferência de líderes, que reuniu antes do início destes trabalhos. O que está em causa nesta assembleia é saber se o texto que saiu desta comissão é, ou não o que reflectiu os trabalhos da comissão e, sendo-o, é esse o texto que tem de ser votado. Cada um assumirá as responsabilidades pela aprovação ou não aprovação deste regulamento, mas o que não se pode, nem é aceitável, é questionar a validade do texto que saiu da comissão. Sobre isto, nós podemos ou não concordar com ele, e aqui dirijo-me directamente ao Sr. Presidente de Câmara, podemos concordar com o texto ou não, agora que é o texto que saiu da comissão e tem de ser respeitado como tal, e ser apresentado a votação neste plenário, é! E é isso que temos de fazer.” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Eu quero fazer um ponto de ordem à Mesa. Peço desculpa de estar sempre a recorrer a este mecanismo regimental, mas a questão é esta: eu até dou algum desconto ao Senhor Deputado João Bernardo, porque ele não esteve cá na última Assembleia e eventualmente ele não percebeu a proposta desta Comissão, nem o propósito dessa Comissão. Porque, se a memória não me atraiçoa, aquilo que foi dito quando o Senhor Presidente apresentou esta proposta ao Plenário, proposta que eu não aprovei e portanto isso dá-me legitimidade acrescida de hoje me por contra as conclusões que esta Comissão emanou, mas relativamente à proposta que foi apresentada pelo Senhor Presidente e eu peço aos Senhores Deputados que estiveram presentes para me ajudarem relativamente a isto, era criada uma Comissão para burilar estes aspectos regulamentares, não era uma Comissão para criar um novo Regulamento Senhor Deputado, não era uma Comissão para alterar os princípios do Regulamento Senhor Deputado, era uma Comissão para altera, burilar alguns aspectos com os quais as diversas Bancadas não concordavam e aquilo que aconteceu, não é nós não respeitarmos a Comissão, é que a Comissão não fez aquilo para o qual foi mandatada. Porque ela tinha sido mandatada para burilar o Regulamento e não para apresentar uma proposta de Regulamento Senhor Deputado. E, por último, acho que deve-se fazer a Conferência de Líderes. Só queria terminar referindo que a consideração que eu tenho pelo Senhor Deputado João Bernardo é igual àquela que ele tem por mim.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Sobre esta intervenção (do Deputado José Miguel Oliveira) eu tenho de ler a acta que foi aprovada hoje nesta sessão, e diz o seguinte:
“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5459 de 2014.12.16 e seus anexos.”

- *Este assunto foi retirado pelo Senhor Presidente da Câmara, para permitir a introdução de alterações que irão ser apresentadas, na próxima Sessão, pelo Grupo de Trabalho constituído pelos Líderes de Bancada das diversas forças políticas.*

Quem ler o contrário ou vir onde está o “burilar”, é necessário que o explique porque eu preciso desta explicação, e já que temos aqui o autor da proposta, então que a explique, porque se era para condicionar os trabalhos da Comissão então que o diga ou então que pusesse por escrito quais é que eram as alterações que era permitidas e as que não eram.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues perguntou: “não pode considerar colocar à votação as duas propostas, esta que veio da Comissão e a inicial proposta pela Câmara?” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão retirou o requerimento em benefício do proposto pelo Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Oh Senhor Presidente, se me permite, eu acho é que é uma *chico espertice*, do ponto de vista legal, colocar agora ambas as propostas em votação. Isto vai abrir um precedente gravíssimo, quer dizer quando a Câmara lhe apetecer traz uma outra proposta e coloca-a em contraponto com a da Assembleia e vamos passar o Mandato a votar propostas da Assembleia e propostas da Câmara em contraponto. A Lei das Autarquias Locais e o Regimento da Assembleia é claro, as Assembleias podem alterar os Regulamentos que vêm por proposta da Câmara Municipal. É isso! E só vota esse regulamento e as propostas que estão a ser feitas a esse regulamento, não há propostas a regulamentos em contraponto. Vamos a ver se nos entendemos. Isto começa a ser quase um Entroncamento.” -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco: “eu estou completamente de acordo com o que disse o Dr. Jorge Fael. Não pode ser, de forma alguma, colocado à discussão um regulamento ou uma proposta de regulamento que já foi retirada numa Sessão anterior. Parece-me a mim que não faz qualquer sentido. É absurdo e parece-me a mim, também, que foi pedida uma Comissão que realizasse um trabalho, trabalho esse que foi feito e que neste momento deve ser avaliado e como tal deve ser colocado à votação. Já foram colocadas algumas questões aqui, questões essas que poderão vir a ser reflectidas numa versão final do texto e parece-me a mim que isso seria o que o bom senso mandaria fazer numa situação como esta. Agora, não me parece correcto deitar fora, pura e simplesmente, o trabalho que a Comissão esteve a fazer, mandatada para esse efeito e depois agora ir buscar à colação o anterior regulamento que já tinha sido retirado, não faz qualquer sentido Meus Senhores. Portanto, a minha proposta é que este regulamento seja votado, se sim que siga avante com as correcções que venham a ser introduzidas ao texto. Agora, pura e simplesmente, não pode ser ignorado, se não gostam então recusem-no.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: “Vamos ter que ser muito pragmáticos no tratamento desta questão, sem quaisquer atropelos à Lei, sem desrespeito pelo trabalho que foi produzido, independentemente da intencionalidade política, das alterações ou do que quer que seja.

Eu se estivesse desse lado jamais votaria favoravelmente este regulamento, não o faria porque estando desse lado, fosse de que Partido fosse, olhando para este regulamento via: isto é a dizer não há Orçamento Participativo. E, o que eu proponho é, a democracia a funcionar, que o Senhor Presidente submeta à votação o produto do trabalho da Comissão e esta Assembleia que é soberana vota e diz de sua justiça. É a melhor forma, é a democracia a funcionar.” -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): Estamos aqui a falar, os Presidentes de Junta, e é o seguinte: para já nós fomos excluídos da Comissão; segundo recebemos ontem um mail da Assembleia Municipal às 19h54, o que não nos permitiu ler o regulamento proposto pela Comissão. Eu se houver votação vou-me abster, justificando a minha abstenção pelo não conhecimento da Proposta que está aqui em discussão.” -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Só para corroborar aquilo que já foi aqui dito, relativamente ao processo de votação, eu entendo que deve ser colocado à votação. Já percebemos que há vícios de processo no funcionamento desta Comissão, há pessoas que foram para a Comissão que não eram Líderes dos Grupos Parlamentares, há pessoas que participaram nas comissões que hoje não estão aqui para dizer de sua justiça. Portanto isto foi um péssimo exemplo de como é que uma Comissão pode funcionar e levantaram-se aqui questões de idoneidade que importa, entre cada Membro desta Assembleia, reflectir porque o tom e as tensões que hoje aqui houve não ajudam à Democracia. Pelo que, aquilo que proponho e para conclusão, é que se vote e que se tirem daí as conclusões.” -----

--- Colocada a proposta da Comissão à votação, foi a mesma **rejeitada com 17 votos contra (PS e PSD), 4 votos a favor (MAC) e 14 abstenções (PCP e Presidentes de Junta de Freguesia)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “Como aconteceu durante os trabalhos da Comissão, também votei vencido muitas vezes na redacção final deste texto. Não foi por isso que o rejeitei ou que coloquei em causa a sua veracidade. Aceito, como é obvio, e registo que a rejeição deste regulamento do orçamento participativo mais não é do que assumir, pela Câmara, que aquilo que queria era um saquinho cor-de-rosa de 500.000€ para gastar a seu bel-prazer, infelizmente, deparou-se com os membros da Comissão responsáveis, que ao contrário do que se tentou referir, não sofria de vícios nenhuns porque é óbvio existe sempre o instituto de representação e penso que não é por ai que se queria referir ou colocar em causa o funcionamento da comissão, mas claramente o que se diz que quem rejeitou este regulamento assume a responsabilidade por não haver orçamento participativo na Covilhã.” -----

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Votei contra a este Regulamento do Orçamento Participativo, porque entendo que a Comissão ultrapassou aquilo que era o seu mandato, em termos da elaboração do mesmo. Não estavam reunidas ou não estão plasmados nesse regulamento os princípios da primeira proposta que veio a esta Assembleia.

E, para além disso, referir a sua inexecuibilidade ou seja a aprovação deste Regulamento, isso sim, seria dizer aos Covilhanenses e à Covilhã que não havia Orçamento Participativo, na Covilhã. Resta-me apenas deixar um apelo, na minha declaração de voto, ao Senhor Presidente e ao Executivo que face a este impasse, que eu já estava à espera que acontecesse, entrem e consigam encontrar na Câmara Municipal o entendimento que não foi possível na Assembleia e avançar com o Orçamento Participativo, já este ano e pô-lo ao serviço dos Cidadãos da Covilhã, porque a Covilhã precisa e a Covilhã merece.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Apresentei a esta Assembleia um Regulamento, que foi aprovado por maioria na Câmara Municipal, imbuído da mais profunda boa-fé no sentido de que ele seria apenas aperfeiçoado e não boicotado. Aliás, o sentido de voto expresso por esta Assembleia demonstra quem é que esteve... quem é que boicotou e quem é que não boicotou. E, portanto, aqui ficou clarinho como a água. E assim sendo e porque eu quero que os Cidadãos da Covilhã decidam, opinem, participem na escolha de projectos, na escolha de investimentos em proporção que iremos, no Executivo, designar. No fundo a ideia é muito simples – Carta de Princípios do Orçamento à semelhança do que acontece noutros Municípios é uma Carta de Princípios que é, na prática, um Regulamento simplificado e ele vai funcionar e vai funcionar ouvindo os nossos Concidãos. Na prática, o que se pretende é que o maior número de Covilhanenses expresse a sua vontade naquela fatia que lhes é atribuída em termos orçamentais. Não vou trazer mais regulamento nenhum, aqui. Vou apresentar no Órgão Executivo, que tinha aprovado aquele regulamento, uma Carta de Princípios para implementar o Orçamento Participativo que já irá funcionar de pleno direito, como deve ser, como pretendíamos, aceleradamente.

Eu vi o arrastar dos trabalhos, vejam bem nós tivemos aqui uma reunião no dia 19 ou 18 de Dezembro e ouvi dizer aqui que isto foi em tempo record. Em tempo record são dois meses. Dois meses para entropiar este documento. E, portanto, vamos também por a Democracia a funcionar na Câmara Municipal e os Senhores Vereadores pronunciar-se-ão relativamente a esta matéria e eu irei propor uma Carta de Princípios para agilizar o orçamento participativo e para ele funcionar já este ano, como era nosso desejo.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva em defesa da honra: “Lamentar que, o Senhor Presidente da Câmara, tenha feito a leitura da votação para voltar a utilizar a expressão bloqueio. Confirmando, de facto, que continua convicto que houve Membros naquela Comissão que não estiveram de boa-fé a trabalhar no documento, duvidando da honestidade ou da atitude dos Membros da Comissão. A abstenção é em relação ao próprio documento, ao conteúdo do documento, porque o documento que se trouxe a esta Assembleia foi o documento que a Comissão aprovou, de forma consensual, por unanimidade decidiu concluir aquele documento assim. Portanto, se a Câmara não gostou das alterações tem o direito de pensar que aquele documento não dá resposta, tem esse direito, também tem o direito de retirar a proposta, eu penso que está no bom caminho quando a retira porque se a Câmara quiser colocar a sua proposta à votação eu voto contra, nós votamos contra, porque o documento da Câmara, na nossa opinião, é pior do que o documento da Comissão, mas essa é a nossa opinião.

Mas, oh Senhor Presidente deduzir da votação, que a votação demonstra quem é que... eu penso que é um exagero de leitura que pode fazer.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo em defesa da consideração: ““A minha honra está acima destas coisas, mas como o regimento prevê duas figuras, nesta matéria, a defesa da honra e a defesa da consideração, a mim ninguém me faltou ao respeito e a minha honra não se sente beliscada com coisas menores, mas a minha consideração sente-se, e claramente, quando se está a discutir e quando retiramos uma ilação como claramente o Senhor Presidente retira dizendo que claramente se vê quem boicotou os trabalhos da comissão por esta votação, tenho de aconselhar o Senhor Presidente a meter a mão na consciência e ver quem é que deixou a democracia para trás, quem é que deixou de ouvir, no âmbito desta discussão, a unanimidade dos representantes dos grupos parlamentares. Da minha parte, e disponibilizando-me para colaborar com a Assembleia, naquilo que puder e naquilo que sei, na anterior comissão foi a comissão para a discussão do Regimento desta Assembleia, e demorou muito mais tempo, nesta fizemos isto em três sessões, Senhor Presidente, que sabe melhor que ninguém o que é a sua agenda, que de facto não tem agenda para estar em lado algum, nem aparece onde deve, e se calha aparece onde não deve, mas isso é um problema que é seu, e ninguém o critica sobre isso, agora questionar que isto foi feito em tempo record, isso não lhe admito, porque de facto é verdade que assim foi... Doutra maneira, e aquilo que estamos aqui a discutir, e é um ataque pessoal, a si, enquanto Presidente de Câmara, é condenar o desrespeito pela democracia e afirmar os princípios que o Senhor tanto condenou no passado, mas que tanto aplica no presente e peço-lhe desculpa, mas reflecta e corrija, porque corrigir é de sábios, Senhor Presidente.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Dizer (quer ao Senhor Deputado Vítor Reis Silva, quer ao Senhor Deputado João Bernardo) que em momento algum questioneei a boa-fé com que estiveram na Comissão. Não confundir o conceito de boa-fé com ou de habilidade política. É que boa-fé é uma coisa, porque senão andamos a confundir conceitos, boa-fé é um conceito muito mais denso, tem a ver com honorabilidade, com os princípios mais básicos da nossa existência e postura na sociedade, a habilidade política é outra coisa. E, o que eu aqui quis referir (fui muito claro quanto a isso) foi a habilidade política. Aliás, está tudo ultrapassado, ultrapassámos tudo de uma forma muito clara que foi a Democracia. A Democracia funcionou claramente quando os Senhores Deputados expressaram... houve uma Comissão produziu um trabalho, os Senhores Deputados avaliaram esse trabalho e chumbaram-no. Está decidido, está decidido!” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Lino Fernandes Torgal, Presidente da Direcção do Clube Nacional de Montanhismo, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara para a resolução da situação, grave, de impasse na aprovação do projecto de que são promotores nas Penhas da Saúde e que envolve um investimento de 300 000€. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que vai averiguar o que se passa, junto dos Serviços. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,